

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ - UVA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO -
PRPPG

EDITAL Nº 41/2023 - PRPPG

XXV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XVIII ENCONTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**O “NOVO ENSINO MÉDIO” E A SOCIOLOGIA NO DOCUMENTO
CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ (DCRC)**

Autores: Eurilange Gomes da Silva¹; Joannes Paulus Silva Forte²

¹ Aluna do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), CCH, UVA; E-mail: eurilange@gmail.com, ² Docente permanente do ProfSocio, CCH, UVA; E-mail: joannespaulus@virtual.ufc.br

Resumo: Este trabalho é uma síntese da pesquisa que analisa o “novo ensino médio” e a presença do componente curricular de Sociologia no Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), que orienta a implantação da reforma do ensino médio (Lei Federal n.º 13.415/2017) no estado. Assim, foi necessário refletir sobre o cenário da disciplina de sociologia, no contexto do “novo ensino médio”, constituído pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelos Itinerários Formativos. De abordagem qualitativa, a metodologia utilizada conta com as técnicas de análise documental e entrevistas semiestruturadas. Os resultados da pesquisa revelam que, em relação à reforma do ensino médio, o sistema educacional, no Brasil e no Ceará, tem reproduzido valores e práticas neoliberais. Quanto à sociologia, o DCRC é abrangente, apresentando uma variedade de temas que envolvem as ciências sociais, com ênfase à sociologia, mas incluindo também conteúdos da antropologia e da ciência política.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio; Neoliberalismo; Documento Curricular Referencial do Ceará.

INTRODUÇÃO E OBJETIVO(S)

Este trabalho consiste numa síntese da dissertação de conclusão do curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) sobre o ensino de Sociologia dentro do processo de implementação do “novo ensino médio” e de execução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no estado do Ceará. A pesquisa teve como objetivo geral analisar a implantação do “novo ensino médio” e a presença do componente curricular de Sociologia no DCRC.

Em 2016, o governo de Michel Temer encaminhou para o Congresso Nacional a Medida Provisória (MPv) n.º 746, que alterou a LDB n.º 9.394/1996. Essa MPv, em tempo recorde, foi aprovada e, posteriormente, convertida na Lei n.º 13.415/2017, estabelecendo a reforma do ensino médio.

A reforma no ensino médio foi aprovada, porém, somente em 2018, a última versão da BNCC (ensino médio) foi produzida, por um processo diferente das duas versões anteriores, tendo faltado transparência em seu desenvolvimento.

Também em 2018, o Ministério da Educação promulgou a Portaria nº 331 que



estabeleceu o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC, e delineou diretrizes, parâmetros e critérios para a execução da BNCC. Assim, considerando as mudanças a partir do “novo ensino médio” e a BNCC cada estado teve de elaborar o seu documento curricular referencial (DCR) para a implantação da BNCC e da reforma do ensino médio.

O Estado do Ceará, considerando essas mudanças, elaborou o Documento Curricular do Ceará (DCRC) que tem o intuito de nortear as escolas da rede pública e privada na organização do currículo, por competências e habilidades.

A presença da disciplina de Sociologia no ensino médio possui uma intermitência (MORAES, 2003), o que repercute no lugar que a disciplina ocupa no sistema de ensino e na escola. Assim, foi necessário refletirmos sobre o cenário da disciplina de Sociologia, no contexto do “novo ensino médio”, interpelando o sentido atribuído à disciplina e o lugar a ela reservado pelo sistema de ensino estadual do Ceará na última etapa da educação básica, principalmente, considerando o seu propósito e a compreensão de sua importância no currículo escolar.

MATERIAL E MÉTODOS

De abordagem qualitativa, a estratégia metodológica principal adotada é a análise documental (FLICK, 2009). A partir dela, os documentos são vistos como meios de comunicação, pois eles não são apenas uma representação dos fatos ou da realidade, mas sim dados da ação de agentes sociais individuais, coletivos e institucionais. Eles trazem intencionalidades, objetivos de pessoas ou de instituições que os produziram, bem como as características dos períodos em que foram elaborados (FLICK, 2009). Dito isso, a análise foi realizada em duas etapas: uma análise preliminar, com a leitura dos atos normativos referentes à reforma do ensino médio, especialmente a Lei nº. 13.415/2017, a BNCC – Ensino Médio e o Documento Curricular Referencial do Ceará - DCRC; e uma análise de conjunto, cotejando os documentos, a base teórico-metodológica e as questões de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelam que, em relação à reforma do ensino médio, o sistema educacional, no Brasil e no Ceará, tem reproduzido valores e práticas neoliberais.

O neoliberalismo surgiu como uma resposta a crise do liberalismo no final do séc. XIX e se desenvolveu como um forte opositor ao avanço do coletivismo (representado pela redistribuição de renda e proteção social) e ao intervencionismo de Estado, estabelecendo e preservando mecanismos de implementação de uma política voltada para a competição, tendo em vista, o fortalecimento da economia de mercado baseada na divisão do trabalho.

No entanto, o neoliberalismo insiste em imprimir na humanidade um tipo de padrão societal que requer uma adaptação dos indivíduos à estrutura socioeconômica, em meio a mudanças e permanências que privilegiam o governo do capital sobre as vidas das pessoas. Os indivíduos devem ser a razão de políticas específicas para uma adaptação ao sistema concorrencial, e isso se dará a partir de dois enfoques: a eugenia e a educação (DARDOT; LAVAL, 2016).

A partir de uma perspectiva neoliberal (Estado mínimo para os mais pobres, privatização de empresas estatais, incentivo à competição internacional, fim da proteção social, autorresponsabilização individual), é necessária uma vasta política de educação que forme as grandes massas populares para o exercício econômico especializado que as demanda, mediante a estrutura de mercado capitalista da sociedade liberal. Nessa direção, no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um dos produtos da reforma do ensino médio, é marcada



por essa perspectiva. Com isso, a educação assume uma lógica de formação de homens e mulheres para que se adequem à sociedade neoliberal, tornando-se neosujeitos (DARDOT; LAVAL, 2016).

Cabe ressaltar que, na década de 1990, ocorreram mudanças no sistema de expansão do capital que permitiram a sua ampliação e expansão mundial, sobretudo a partir do Consenso de Washington. Sendo assim, recomendações voltadas para a abertura dos mercados e uma menor intervenção do Estado, notadamente no que diz respeito à proteção social, foram disseminadas no mundo a partir dos planos político-econômicos do governo dos EUA, Inglaterra e Chile (MENDONÇA, 2019).

Assim, organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), nesse processo de uma nova estrutura do capital, estabeleceram orientações aos países que dependem de financiamento da dívida externa, para políticas públicas voltadas para a privatização e sobretudo para uma menor intervenção estatal (TORRES, 1995 apud MENDONÇA, 2019, p. 37).

É nesse contexto que a educação, até então tida como um direito, passa a ser tratada como mercadoria, ao passo que ela se torna fundamental para a efetivação da reorganização do capital, assumindo o viés de serviço, assim como atividade fim de empresas comerciais, levando a sua mercantilização.

No cenário brasileiro, essa mercantilização da educação trouxe mudanças aos currículos escolares, com base nas chamadas “competências e habilidades”, o que ganhou força a partir da reforma do ensino médio, iniciada por ato normativo do então presidente Michel Temer (2016-2018), a Medida Provisória (MPv) n.º 746/2016, convertida na Lei n.º 13.415/2017, que alterou a Lei n.º 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

De acordo com as reflexões de Young (2011) sobre currículo, em relação ao Brasil, a BNCC e a reforma do ensino médio deixam nítido o objetivo de formar o aluno para o mundo do trabalho, mais especificamente para o empreendedorismo, não havendo garantia do acesso a todas as matrizes do conhecimento científico nos chamados itinerários formativos e de seu conteúdo.

Quanto à sociologia, o DCRC afirma o valor da sociologia como disciplina escolar e sua capacidade em formar cidadãos capazes de compreender a realidade social em que vivem, de uma forma analítica, oferecendo perspectivas diferentes que podem levar a sua transformação.

É importante salientar que o DCRC em relação à sociologia é abrangente, apresentando uma variedade de temas que envolvem as ciências sociais, com ênfase à sociologia, mas incluindo também conteúdos da antropologia e da ciência política. Contudo, a disciplina é abordada apenas em uma aula, deixando aos/as professores/as os desafios inerentes ao processo de ensino-aprendizagem da disciplina.

Em suma, o DCRC ressalta a relevância de contar com profissionais qualificados em Sociologia, para analisar questões sociais de forma precisa e abrangente para facilitar a aprendizagem dos estudantes e apresenta a importância da sociologia no ensino médio, bem como é apontada a necessidade dos/as professores/as atentarem para o trabalho com os/as estudantes, de modo que a sociologia tenha sentido para eles/elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS ou CONCLUSÃO

A análise do DCRC expõe uma discrepância entre sua proposta e a prática educacional real, uma vez que a divulgação do documento e a sua aplicação consistente no cotidiano escolar ocorrem em meio a muitas contradições.

É importante salientar que a reforma do ensino médio, no Brasil, está intrinsecamente relacionada ao modelo socioeconômico do país, numa perspectiva neoliberal, sendo concebida



com o objetivo de investir no capital humano e criar condições para formar trabalhadores adequados às demandas do mercado de trabalho em constante precarização.

Assim, fica claro que a educação é um campo de disputa ideológica, e a escola desempenha um papel crucial nesse sentido. Ela é tanto um espaço de gestão das oportunidades educacionais quanto um instrumento ideológico de manutenção das desigualdades sociais, quando se assume uma postura neoliberalista. Nessa direção, a crise crônica vivenciada pela escola, conforme apontado por Laval (2004), não se limita apenas ao seu funcionamento, mas também afeta os valores pessoais, familiares e até mesmo a legitimidade do/a professor/a.

Em relação ao Ceará, a sociologia como disciplina obrigatória no DCRC representa uma resistência ao que foi previsto nacionalmente, em linhas gerais, mas não podemos desconsiderar o contexto instrumental que a limita no sistema de ensino. Em meio a todas as contradições e confusões existentes no “novo ensino médio”, no Brasil e no Ceará. O papel da sociologia deve ser o mesmo: com base no estranhamento e na desnaturalização, possibilitar a tantos quantos a oportunidade de desenvolver a imaginação sociológica, desconstruindo mitos e compreendendo os mecanismos que operam as desigualdades e as formas de opressão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao ProfSocio-UFC/UVA e a todos os/as professores/as que fazem parte de seu corpo docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 13.495**, de 24 de outubro de 2017. Brasília, 2017.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, 2018.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 23 dez, 1996.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará/Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

Documento Curricular Referencial do Ceará: Ensino Médio. Versão Lançamento Virtual (Provisória). Fortaleza: SEDUC, 2021. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/01/dcrc_completo_v14_09_2021.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FLICK, Uwe. Utilização de documentos como dados. In: FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Tradução de Joyce Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 230-237.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Mana Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

YOUNG, M. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 48 set.-dez. 2011.